

SEGURANÇA CONSTRUÍDA NO TRABALHO: SABERES DE OFÍCIO E NORMAS NA ATIVIDADE DE ELETRICISTAS DO SERVIÇO EMERGENCIAL

CONSTRUCTING SAFETY AT WORK: EXPERIENTIAL KNOWLEDGE AND NORMS IN THE WORK OF EMERGENCY SERVICE ELECTRICIANS

¹Rosemary Cavalcante Gonçalves

¹[Universidade de Fortaleza \(Unifor\), Fortaleza-CE, Brasil](http://www.unifor.br)

¹rose.estagiopsicologia@gmail.com

*Autor Correspondente: Gonçalves, R.C.

RESUMO: A gestão da segurança no trabalho ainda é predominantemente orientada por normas e procedimentos formais, especialmente em setores de alto risco, como a distribuição de energia elétrica. No entanto, práticas informais e saberes tácitos dos trabalhadores desempenham papel central na prevenção de acidentes. Este estudo investigou como eletricitistas de serviços emergenciais constroem a segurança no cotidiano, articulando regras prescritas e conhecimentos da experiência. A pesquisa qualitativa foi realizada em uma empresa terceirizada do setor elétrico no Nordeste brasileiro, tendo como foco eletricitistas de campo. Utilizaram-se observação participante e entrevistas semiestruturadas, com análise temática apoiada pelo software ATLAS.ti. Os resultados indicam que a segurança é construída na articulação entre normas, saberes práticos e dinâmicas coletivas, organizando-se em três eixos: (1) apropriação de práticas formais; (2) práticas informais; e (3) fragilização do coletivo de trabalho, com impactos na gestão dos riscos. Conclui-se que a eficácia das ações de segurança depende não apenas do cumprimento de normas, mas da valorização dos saberes dos trabalhadores e da sustentação de coletivos capazes de promover cooperação e confiança. O estudo contribui para o aprimoramento das estratégias de prevenção ao destacar a importância de integrar os aspectos prescritos e reais do trabalho.

PALAVRAS CHAVE: Segurança no trabalho; Setor elétrico; Coletivos de Trabalho; Segurança construída.

ABSTRACT: Workplace safety management is still predominantly guided by formal rules and procedures, particularly in high-risk sectors such as electricity distribution. However, informal practices and workers' tacit knowledge play a central role in accident prevention. This study investigated how emergency service electricians construct safety in their daily work by articulating prescribed rules and experiential knowledge. The qualitative research was conducted in an outsourced company in the Brazilian electric sector, focusing on field electricians in the Northeast region of Brazil. Participant observation and semi-structured interviews were used, with thematic analysis supported by the ATLAS.ti software. The results indicate that safety is constructed through the articulation of norms, practical knowledge, and collective dynamics, organized around three axes: (1) appropriation of formal practices; (2) informal practices; and (3) weakening of the work

collective, with impacts on risk management. The findings suggest that the effectiveness of safety actions depends not only on compliance with rules but also on the recognition of workers' knowledge and the maintenance of collectives capable of fostering cooperation and trust. The study contributes to the improvement of prevention strategies by highlighting the importance of integrating the prescribed and the real aspects of work.

KEYWORDS: Workplace Safety; Electric Power Industry; Work Collectives; Constructed Safety

1. INTRODUÇÃO

A segurança no trabalho tem sido historicamente tratada sob a perspectiva normativa, centrada em regras, procedimentos e controles técnicos (Hale; Borys, 2013, Dekker, 2014). Contudo, a literatura em Ergonomia e Psicodinâmica do Trabalho vem destacando que a prevenção de acidentes não se sustenta apenas nas prescrições formais, mas também nas práticas cotidianas desenvolvidas pelos próprios trabalhadores, ancoradas em saberes de experiência, prudência e cooperação (Dejours, 2003; Amalberti, 2013).

Nessas práticas, o coletivo de trabalho exerce papel fundamental, constituindo-se como um espaço de construção de sentidos, partilha de saberes e apoio mútuo, indispensável para enfrentar os riscos presentes na atividade real. O coletivo de trabalho, segundo Cru (2014) e Cru e Dejours (1987), é uma instância construída na experiência concreta do fazer, onde se compartilham normas informais, valores e estratégias de cooperação, funcionando como suporte essencial para o enfrentamento das exigências do trabalho e para a preservação da saúde psíquica dos trabalhadores.

Esse coletivo se organiza em torno das chamadas regras de ofício, normas implícitas construídas pelos próprios trabalhadores com base na experiência prática, distintas das prescrições formais da organização (Caroly, 2010). Tais regras definem responsabilidades, modos operatórios, formas de cooperação e margens de decisão, ainda que não estejam formalizadas. São constantemente recriadas no cotidiano e se tornam visíveis sobretudo diante de transgressões ou conflitos entre modos distintos de agir. Além de estruturar a atividade, essas regras promovem a coesão do grupo, organizam a linguagem entre os pares e funcionam como proteção à saúde mental dos trabalhadores, ao mediar os desafios do trabalho, acolher as diferenças individuais e ampliar as possibilidades de enfrentamento coletivo (Cru, 2014).

A importância dessas regras e do coletivo torna-se ainda mais evidente em contextos de alta variabilidade e risco, como o setor elétrico, onde o trabalho real frequentemente escapa às prescrições formais. No setor elétrico, especialmente nas atividades de emergência, a complexidade e a imprevisibilidade das situações exigem que os trabalhadores mobilizem saberes tácitos e articulem normas com adaptações situacionais. Nessas condições, a gestão da segurança torna-se uma construção dinâmica e coletiva, perpassada por conflitos, negociações e decisões que vão além do cumprimento literal das regras (Hollnagel, 2025).

Contudo, ainda são escassos os estudos que exploram como os trabalhadores de

campo combinam as regras formais e os saberes do ofício em seu dia a dia. Hale e Borys (2013) ressaltam que a literatura sobre segurança no trabalho carece de investigações aprofundadas acerca do uso prático das regras pelos operadores, especialmente no que se refere à sua apropriação e adaptação no contexto real de trabalho. Além disso, Mascini, Bacharias e Abaaziz (2007) destacam a dificuldade de acesso às práticas informais relacionadas à segurança, o que contribui para a subexploração desse campo. Também, pouco se conhece sobre os efeitos das mudanças organizacionais na consolidação dos coletivos de trabalho, fundamentais para a construção da segurança no setor elétrico.

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar como os eletricitistas que atuam no serviço emergencial constroem a gestão da segurança no cotidiano de trabalho, articulando práticas formais e informais, e quais fatores organizacionais interferem na consolidação dos coletivos como recurso para a prevenção de riscos.

O estudo integra uma pesquisa mais ampla, que investigou de forma aprofundada a gestão da segurança por eletricitistas do setor de distribuição de energia elétrica, com foco no serviço emergencial.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Atualmente, as discussões sobre as diferentes formas de abordar a segurança têm levado à proposição de uma visão construtivista da segurança. Essa perspectiva defende que o conhecimento sobre segurança e acidentes constitui um processo historicamente situado e deve ser compreendido em relação ao contexto social no qual se desenvolve (Galey et al., 2025).

Nessa perspectiva, a segurança pode ser compreendida como uma construção social que se desenvolve nas interações entre os diferentes atores organizacionais. Ela não se reduz a um conjunto de elementos observáveis ou a dispositivos técnicos de controle, mas depende de processos intersubjetivos de interpretação e ação. A segurança emerge de contratos sociais implícitos, práticas coletivas e significados compartilhados no interior das organizações. Histórias, rituais e experiências acumuladas no trabalho contribuem para a transmissão de comportamentos e para a construção de responsabilidades coletivas relacionadas à segurança (Rochlin, 2003).

Terssac e Mignard (2011) desenvolvem uma concepção de segurança baseada na construção e negociação de regras no trabalho. Nesse enfoque, as regras são construídas nas relações sociais por meio de processos permanentes de elaboração e negociação. Essa abordagem ressalta o caráter construído das regras e a capacidade dos atores de reinterpretá-las e redefini-las no curso da atividade. Assim, as regras se produzem em contextos de conflito, acordos e negociações, dando origem às regras efetivas do trabalho, ou seja, aquelas que são de fato seguidas nas situações concretas de atividade.

A segurança implica no estabelecimento de regras destinadas a garantir o funcionamento do sistema de produção e a integridade das pessoas e dos bens. No entanto, fabricar regras não se reduz a torná-las visíveis por meio de seus enunciados

formais. As regras são construídas no curso da ação, transformam-se e se enriquecem pelo seu uso. Regra e ação fazem parte de um processo contínuo de ajustamentos (Terressac, 2013). Desse modo, a segurança não pode ser compreendida como uma realidade previamente dada, fixada apenas por regras, procedimentos ou padronizações, mas também como algo que emerge das ações dos trabalhadores. No cotidiano do trabalho, os profissionais tomam decisões sobre mobilizar ou não uma regra formal, confrontam e ajustam a regra ao contexto, avaliam sua coerência e integração com as práticas de trabalho, em uma dinâmica permanente de reelaboração e apropriação das regras. A segurança se constitui em um processo contínuo de decisões e ações, no qual as regras são constantemente redefinidas e negociadas entre os atores. Trata-se, assim, de uma segurança negociada, que supõe o engajamento das pessoas em acordos e compromissos compartilhados para produzir a segurança (Terressac; Mignard, 2011).

Nesse contexto, destaca-se a existência de um paradoxo da segurança, que consiste em articular a confiança em uma segurança regulamentada com a incerteza inerente aos ajustes necessários nas situações concretas de trabalho. A segurança efetiva contém uma dupla realidade: de um lado, as regras oficiais e formalizadas; de outro, as regras de uso que são inventadas e reconstruídas no momento de sua implementação. A passagem da segurança fixada para a segurança efetiva depende da capacidade de reconstrução das regras previamente concebidas por meio da invenção de regras de uso complementares. Entretanto, enquanto as regras fixadas não garantem plenamente o alcance da segurança desejada, devido à racionalidade limitada dos atores envolvidos na sua elaboração, as regras de uso também não asseguram, por si mesmas, um nível aceitável de segurança. Dessa forma, a melhoria da segurança efetiva nem sempre é suficiente para evitar a ocorrência de acidentes, revelando o caráter paradoxal da segurança nas organizações (Terressac, 2013).

Essa concepção da segurança como resultado da atividade real aproxima-se das abordagens contemporâneas da segurança, que enfatizam o papel ativo das pessoas na manutenção do funcionamento seguro dos sistemas. Nessas abordagens, a segurança não é compreendida apenas como a ausência de acidentes ou falhas, mas como a capacidade dos sistemas sociotécnicos de se ajustarem às variações e demandas das situações de trabalho (Hollnagel, 2014). Assim, em vez de concentrar-se exclusivamente nos erros e nas falhas humanas, busca-se compreender como os trabalhadores realizam ajustes no cotidiano para garantir o funcionamento adequado das atividades.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter compreensivo e exploratório, fundamentada nos referenciais da Ergonomia da Atividade e da Psicodinâmica do Trabalho. O estudo foi realizado em uma empresa terceirizada que presta serviços para uma concessionária pública de distribuição de energia elétrica no

Nordeste brasileiro.

O campo da investigação foi o setor de serviços emergenciais na rede elétrica de baixa e média tensão, que se constitui um espaço crítico de análise devido à natureza imprevisível, urgente e de alto risco das ocorrências enfrentadas. O serviço emergencial envolve o atendimento a situações como interrupções no fornecimento de energia, curtos-circuitos, incêndios e acidentes com postes e redes, exigindo resposta rápida, julgamento prático e atuação em ambientes adversos, muitas vezes sob intensa pressão.

Os participantes da pesquisa foram 28 eletricitistas do serviço emergencial, todos do sexo masculino e com ensino médio completo. A média de tempo na função é de 12,4 anos, variando de 3 a 27 anos. O tempo médio no serviço emergencial é de 5,1 anos, com variação de 1 a 15 anos. Quanto ao turno de trabalho, 18 atuavam no período diurno e 10 no período noturno.

A coleta de dados foi realizada por meio de observação participante e entrevistas semiestruturadas em profundidade. A pesquisadora acompanhou o cotidiano dos trabalhadores nas bases operacionais e em ocorrências de campo, realizando registros em diário de campo. As entrevistas abordaram temas como percepção de risco, práticas de segurança, uso das normas e estratégias adotadas para lidar com situações críticas.

A análise dos dados empíricos foi orientada pela identificação de categorias emergentes a partir do material coletado. O processo analítico contou com o suporte do software ATLAS.ti, que auxiliou na organização, segmentação e interpretação dos dados qualitativos, permitindo a construção de eixos temáticos que refletem as práticas formais e informais de segurança, bem como as dinâmicas coletivas envolvidas na gestão dos riscos.

A triangulação entre diferentes fontes de dados (observação e entrevistas) e a imersão prolongada no campo contribuíram para a validade da análise, permitindo captar nuances das práticas formais e informais e seu entrelaçamento na dinâmica real de trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados da pesquisa revelam que a gestão da segurança pelos eletricitistas do serviço emergencial é construída na interseção entre normas prescritas, saberes da experiência e dinâmicas coletivas. A análise identificou três eixos principais: as práticas formais de segurança apropriadas pelos trabalhadores e incorporadas à rotina; as práticas informais baseadas em saberes de prudência e julgamento situacional; e, por fim, os fatores que indicam uma fragilização do coletivo de trabalho, com implicações para a cooperação e a gestão compartilhada dos riscos. A seguir, cada um desses eixos é detalhado com base nos dados empíricos da pesquisa.

Práticas formais: apropriação das regras pelo coletivo

Algumas regras formais de segurança são apropriadas pelos trabalhadores, tornando-se práticas de segurança incorporadas à rotina. Terssac e Mignard (2011) argumentam que as regras de segurança não passam de “regras sobre o papel”, se os seus destinatários não dão seu consentimento e se apropriam delas para colocá-las na prática. Neste estudo, verificou-se práticas de segurança que se relacionam com as regras formais e são ao mesmo tempo apropriadas pelos coletivos de trabalho, tais como a avaliação do risco, o uso de equipamentos de proteção e o trabalho em equipe.

Avaliar o risco é uma das práticas formais observadas. Antes de efetuar o trabalho, o eletricitista analisa a situação. Se percebe que é possível controlar o risco, então, realiza o serviço. Avaliar a situação e planejar a ação antes de executar é um fundamento básico da atividade com eletricidade que está incorporada ao saber-fazer dos eletricitistas. A conversa ao pé do poste (Análise Preliminar do Risco) faz parte da rotina dos trabalhadores. Como pode ser observado no relato: *“Conversa ao pé do poste... é o que tem que existir, é um dos procedimentos que a gente faz. Se não conversar, significa que está no automático... aí tem mais chance de fazer besteira lá em cima”* (EL20).

O uso de equipamentos de proteção é visto pelos eletricitistas como uma medida de prevenção de primeira linha, isto é, se não for respeitado há grande probabilidade de causar um acidente (Rousseau; Monteau, 1991). Por esse motivo, mesmo que os equipamentos de proteção gerem algum desconforto, os trabalhadores reconhecem que são essenciais para garantir a segurança. Um entrevistado explicou porque acha importante o uso dos EPIs: *“Uma vez a luva de vaqueta me protegeu quando machuquei a mão descendo a escada ... se eu tivesse sem ela, teria arrancado um pedaço do couro da minha mão”* (EL9).

O trabalho em equipe é uma medida de segurança adotada pela organização formal e apropriada pelo coletivo de trabalho. O trabalho em parceria não se justifica apenas pelas explicações racionais, objetivas que fundamentam a organização do trabalho, mas é dotado de valor subjetivo e afetivo para os eletricitistas. O cuidado com o outro está na base das relações de confiança que se estabelecem entre os parceiros na equipe. Quando um trabalhador está fazendo um serviço em cima no poste, ele precisa confiar que o colega embaixo irá identificar e antecipar possíveis riscos que surjam durante a atividade, evitando acidentes. Assim, a cooperação é parte essencial da segurança, como explica o eletricitista:

A gente trabalha um olhando o outro...por exemplo, você está aqui fazendo um serviço aqui, tem um simples ramal de uma casa... de repente, ele está sem o encapamento, está energizado, passando aqui ao lado do colega e ele não está vendo... o parceiro está lá em cima, tão preocupado com o serviço que, às vezes, esquece isso aí, e a gente lá embaixo tem que tá sempre de olho. Se um não estiver atento ao outro, compromete a segurança (EL20).

Apesar da apropriação bem-sucedida de diversas regras formais pelos coletivos de eletricitistas, o estudo também revela que nem todas as normas são facilmente incorporadas

ao cotidiano de trabalho. Algumas regras e procedimentos apresentam alto grau de rigidez ou se mostram desconectadas das condições reais de execução das tarefas, dificultando sua aplicação prática. Embora essas limitações tenham sido identificadas, sua análise detalhada não foi escopo deste estudo, indicando possibilidades de aprofundamento futuro.

Esses achados demonstram que, ainda que existam normas e procedimentos prescritos, sua eficácia está diretamente relacionada à forma como os coletivos de trabalho se apropriam e ressignificam tais normas no cotidiano da atividade, de modo a melhor compreender a gestão da segurança como uma construção situada e coletiva.

Práticas informais: saberes da prudência

Os saberes de prudência são práticas informais de segurança que têm como foco a gestão de riscos. São discretos à observação, portanto, não se revelam expressamente na fala dos trabalhadores, estando presente mais pelos implícitos nas ações e no que é subentendido pelas falas e gestos. Os saberes de prudência são transmitidos pelo coletivo de trabalho porque mostrou sua eficácia, mas sem tornar explícito o seu caráter de prudência (Cru, 1988). No cotidiano dos eletricitas, esses saberes se manifestam em atitudes como evitar exposição ao risco, não apressar o ritmo de trabalho, agir com meticulosidade, negociar a segurança e buscar “fazer com segurança”.

A regra implícita de não se expor ao risco é amplamente compartilhada. Os eletricitas têm consciência de que sua atividade os expõe a riscos que nem sempre são possíveis de serem identificados ou controlados, o que os leva a manterem-se em constante estado de atenção. Um eletricitista sintetiza essa lógica: “*Não precisa de pressa, né, porque sabe que a energia, ela não se enxerga... você quando dá fé já tem levado um choque, já está desmaiado*” (EL12). A consciência do risco inibe atitudes arriscadas e fundamenta decisões de recusa. Como afirmou outro entrevistado diante de uma tarefa considerada crítica: “*Se tiver um herói, pois mande ele*” (EL16).

Em situações em que o risco é considerado elevado, a tendência é agir com cautela. Os trabalhadores acionam estratégias como solicitar apoio, repassar a ocorrência ou se recusar a executar o serviço. Um entrevistado relatou: “*A gente chega lá e está pegando fogo [o medidor] ... quando você for mexer, corre o risco de fechar um curto. Aí eu já não mexo, já passo pro carro: ‘desliga lá’*” (EL18).

A segunda regra de ofício identificada é evitar a pressa. Os eletricitas regulam o ritmo de trabalho para garantir atenção aos detalhes e prevenir falhas. A relação entre velocidade e risco é ensinada informalmente entre colegas. Isto é percebido na fala: “*Eu já tirei essa metodologia da minha cabeça de tempo, porque o tempo mais importante pra mim é minha vida*” (EL27).

Outro saber importante é a meticulosidade na execução. A segurança é construída por meio de inspeções minuciosas, checagens sucessivas e atenção aos detalhes, como descreve o trabalhador: “*Você pode bater uma chave, você olha, você vê, mas só vê se olhar minuciosamente. Uma rachadura numa cruzeta... quando puxar pode quebrar*” (EL6). Além disso, a prudência leva os trabalhadores a revisar cuidadosamente suas próprias ações antes de validar o resultado do serviço, como forma de manter-se dentro da

zona de segurança.

A expressão “fazer com segurança” foi citada com frequência no discurso dos entrevistados, seja para se referir a uma violação ou ao cumprimento de regras. Também surge tanto quando a decisão é tomada unicamente pelos trabalhadores, como quando é compartilhada com os operadores no centro de controle. Como disse um electricista: “*Tem coisas que, às vezes, a gente pode achar uma situação melhor para trabalhar com segurança, entendeu?!*” (EL15).

Porém, “fazer com segurança” é uma regra subjetiva, pois depende da interpretação de cada um. Além disso, a regra é uma construção social, pois depende da concordância dos trabalhadores, dos acordos estabelecidos entre as diferentes partes. Por último, a aplicação dessa regra requer relações de confiança consistentes, isto é, o uso da regra só é possível se as partes confiam que o julgamento de executar o trabalho dentro da zona de segurança está correto e que o serviço será realizado conforme as decisões tomadas. A utilidade dessa regra encontra-se em atender à incompletude das regras formais. Ao mesmo tempo, ela atua no campo das incertezas, que foge ao controle das prescrições, mas que se faz necessária quando os objetivos organizacionais correm o risco de não serem atendidos. Por isso, é possível que os gestores não só conheçam como consintam com a regra de ofício.

Por fim, destaca-se a prática contínua de negociar a segurança, tanto dentro das equipes quanto com representantes da Concessionária. Essas negociações revelam conflitos de poder e a necessidade de mediação. Conforme explica um trabalhador: “*Ele [técnico] chega pra gente e diz: ‘olha, dá pra fazer’. Aí, como a gente tem receio... a orientação que vem da mente do electricista é: ‘então, você vá lá, sobe e execute, porque eu não vou me arriscar’*” (EL28). Em outros casos, a recusa é velada, mas expressa desconforto diante de pressões gerenciais: “*Eu fiz porque eu quis fazer, mas se eu quisesse dizer que não ia fazer, claro que eles não iam gostar*” (EL2).

Os achados revelam que a segurança é fruto de uma articulação dinâmica entre norma e os saberes tácitos. As práticas informais não são meros desvios ou transgressões, mas formas adaptativas e coletivas de lidar com a complexidade do trabalho real. Em consonância com Amalberti (2013), defende-se que segurança regulamentada e a segurança autogerenciada são complementares e devem ser pensadas de forma dialógica. A ergonomia pode contribuir para tornar visível o papel ativo dos trabalhadores na construção da segurança e promover uma gestão que valorize o saber da experiência.

A fragilização do coletivo de trabalho

Além da articulação entre práticas formais e informais, os dados evidenciaram o enfraquecimento do coletivo de trabalho entre os electricistas, com implicações importantes para a gestão da segurança. Embora exista um repertório compartilhado de saberes-fazer e regras de ofício que caracterizam um “gênero profissional” (Clot, 2007), tais tradições têm sido enfraquecidas por aspectos organizacionais que dificultam a consolidação do coletivo, como a pressão por produtividade, o sistema de escalas com rotatividade nas equipes e a ausência de espaços institucionais de escuta e discussão.

Nas falas dos trabalhadores, observa-se que a solidariedade entre as equipes tem sido fragilizada, os espaços de troca são restritos e muitas decisões são tomadas de forma isolada. Um dos aspectos apontados é a ausência de comunicação entre turnos e o repasse de ocorrências sem justificativas claras, como relata um eletricista: *“Quando a gente entra de serviço, não sabe o que aconteceu no turno anterior. Às vezes tem ocorrência pendente e ninguém explica porque não foi resolvida. Aí a gente fica com a responsabilidade nas costas”* (E6). Esse tipo de situação alimenta a desconfiança entre os grupos, conforme exemplificado por outro trabalhador: *“Tem caso que parece que o cara deixou pra gente de propósito, só porque era mais difícil... fica parecendo que um quer passar a bomba pro outro”* (E2).

Além disso, a ausência de espaços institucionais para discussão e construção coletiva da segurança foi evidenciada por falas como: *“Cada um resolve do seu jeito. Não tem um momento que a gente sente junto pra conversar sobre como fazer melhor ou mais seguro. Só aprende mesmo na hora do aperreio”* (E14). Tais elementos demonstram a inexistência de um espaço público de discussão, no sentido proposto por Dejours (1996), comprometendo não apenas a cooperação entre os trabalhadores, mas também a qualidade e a robustez das estratégias de prevenção.

Essa fragilização é intensificada pela gestão, que tende a desconsiderar os saberes práticos e de prudência, priorizando referências técnicas e normativas. Como já advertiam Cru e Dejours (1987), a ênfase excessiva no saber técnico prescrito leva à degradação do ofício e à invisibilização da inteligência prática dos trabalhadores. Assim, situações de risco ou falhas são muitas vezes silenciadas, dificultando a identificação de problemas recorrentes e a implementação de medidas corretivas eficazes.

A fragilização do coletivo de trabalho evidencia como os fatores organizacionais interferem diretamente na capacidade dos trabalhadores de gerir os riscos de forma cooperativa, limitando a articulação entre normas e saberes informais, o que constitui uma das questões centrais desta investigação.

Identifica-se, portanto, um paradoxo: enquanto a organização fragiliza os coletivos por meio de práticas que isolam os trabalhadores e limitam sua expressão, ela também depende deles para a transmissão dos saberes do ofício, especialmente em situações imprevistas que exigem julgamento prático. Como consequência, a gestão de riscos acaba comprometida, pois, mesmo com investimentos em normatização e tecnologia, a eficácia da segurança depende da valorização das práticas informais, da cooperação e da consolidação do coletivo de trabalho como recurso fundamental.

Ao evidenciar como os eletricistas constroem a segurança a partir da articulação entre regras, saberes informais e vínculos coletivos, este estudo oferece uma leitura ampliada da gestão da segurança no setor elétrico. Tal como propõem Hollnagel (2025) e Amalberti (2013), a pesquisa reforça que a segurança não é um estado técnico a ser imposto, mas um processo social e dinâmico, sustentado pela experiência e pela cooperação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender como os eletricitistas do serviço emergencial constroem, na prática, a gestão da segurança, articulando normas formais, saberes informais e dinâmicas coletivas. Os resultados revelaram que a segurança não é fruto exclusivo da adesão às prescrições técnicas, mas emerge de processos situados de julgamento, negociação e cooperação entre trabalhadores que enfrentam, cotidianamente, a imprevisibilidade e os riscos próprios da atividade elétrica em campo.

A análise mostrou que a apropriação das regras formais ocorre quando estas são ressignificadas à luz da experiência e integradas ao modo de operar das equipes. Além disso, os saberes de prudência — expressos em atitudes como a meticulosidade, a cautela e a negociação coletiva — funcionam como estratégias cruciais para a gestão dos riscos reais. Tais práticas informais, longe de representarem desvios ou infrações, constituem recursos legítimos de construção da segurança e revelam a inteligência prática invisibilizada pela lógica normativa tradicional.

No entanto, a pesquisa também evidenciou um processo de fragilização dos coletivos de trabalho, decorrente de fatores organizacionais como rotatividade nas equipes, pressão por produtividade e ausência de espaços institucionais de escuta e troca. Essa fragilidade compromete a cooperação e a transmissão dos saberes do ofício, limitando a capacidade coletiva de enfrentar situações críticas com segurança.

Dessa forma, conclui-se que a gestão da segurança no setor elétrico precisa ser repensada para além da conformidade normativa. É necessário integrar os saberes da experiência e fortalecer os coletivos de trabalho como dispositivos essenciais à prevenção. A contribuição da Ergonomia da Atividade e da Psicodinâmica do Trabalho é, nesse contexto, fundamental para revelar as dimensões ocultas da atividade e subsidiar políticas de segurança mais realistas, participativas e eficazes.

Como implicação prática, o estudo sugere a criação de espaços institucionais permanentes para diálogo entre trabalhadores, supervisores e gestores, valorizando a escuta, a análise conjunta das ocorrências e o reconhecimento dos saberes tácitos. Tais iniciativas podem contribuir não apenas para a redução dos riscos, mas também para a promoção da saúde, da cooperação e da valorização do ofício.

REFERÊNCIAS

AMALBERTI, R. *Piloter la sécurité: théorie et pratiques sur les compromis et les arbitrages nécessaires*. Paris: Springer-Verlag, 2013.

CAROLY, S. *Activité collective et réélaboration des règles: des enjeux pour la santé au travail*. 2010. Mémoire (Habilitation à Diriger des Recherches – Mention Ergonomie) – Université non informada. Disponível em: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00464801v2>. Acesso em: 20 jul. 2025.

CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CRU, D. *Le risque et la règle: le cas du bâtiment et des travaux publics*. Toulouse:

Éditions Érès, 2014.

CRU, D.; DEJOURS, C. Saberes de prudência nas profissões da construção civil: nova contribuição da psicologia do trabalho à análise da prevenção de acidentes na construção civil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, n. 59, p. 30–34, 1987.

CRU, D. Les règles de métier. In: DEJOURS, C. (Ed.). *Plaisir et souffrance dans le travail*. Paris: AOCIP, 1988. p. 29–50.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

DEJOURS, C. Prescription, transgression et souffrance dans le travail. In: GIRIN, J.; GROSJEAN, M. (Eds.). *La transgression des règles au travail*. Paris: L'Harmattan, 1996. p. 107–118.

DEKKER, S. The bureaucratization of safety. *Safety Science*, v. 70, p. 348–357, 2014. Disponível em: <http://doi.org/10.1016/j.ssci.2014.07.015>. Acesso em: 15 jul. 2025.

GALEY, L.; NASCIMENTO, A.; CUVELIER, L.; MOLLO, V.; ALBERT, M.; BROSSARD, M.; GAILLARD, I.; MARQUET, A.; BOCCARA, V.; DELGOULET, C.; GARRIGOU, A. Developmental approach of safety in ergonomics/human factors: insights of constructed safety in six work environments. *Ergonomics*, v. 68, n. 6, p. 791–812, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1080/00140139.2024.2390127>

HALE, A. R.; BORYS, D. Working to rule or working safely? Part 2: The management of safety rules and procedures. *Safety Science*, v. 55, p. 222–231, 2013. Disponível em: <http://doi.org/10.1016/j.ssci.2012.05.013>. Acesso em: 15 jul. 2025.

HOLLNAGEL, E. *Safety-I and Safety-II: the past and future of safety management*. Farnham: Ashgate, 2014.

HOLLNAGEL, E. *A note on changing from a decremental safety culture to an incremental safety culture*. [S. l.], 2025. Manuscrito não publicado. Disponível em: <https://www.erikhollnagel.com/ideas/safety-culture.html>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MASCINI, P.; BACHARIAS, Y.; ABAAZIZ, I. Formal and informal safety management: The importance of ethnographic research for safety surveys. In: *Risk and Rationalities Conference*, 2007, Cambridge, UK. Anais [...]. Cambridge: Queens' College, 2007. p. 1–19. Disponível em: <https://repub.eur.nl/pub/12748/MasciniDag%20van%20de%20Sociologie%202007%20paper%20Formal%20and%20Informal%20Safety%20Management.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2025

ROCHLIN, G. I. Safety as a social construct: the problem(atique) of agency. In: SUMMERTON, J.; BERNER, B. (org.). *Constructing risk and safety in technological practice*. London: Routledge, 2003. p. 123–139.

ROUSSEAU, C.; MONTEAU, M. La fonction de prévention chez l'opérateur: mise en évidence de conduites sécuritaires au cours d'une activité de chantier. *Notes scientifiques et techniques de l'Institut National de Recherche et de Sécurité*, n. 88, Paris: INRS, 1991. Disponível em; <https://hal-lara.archives-ouvertes.fr/hal-01420127v1>. Acesso em: 15 jul 2025.

TERSSAC, G de. De la sécurité affichée à la sécurité effective: l'invention de règles d'usage. *Gérer et Comprendre, Annales Des Mines*, 111, 25–35, 2013. DOI: 10.3917/geco.111.0025

TERSSAC, G. de; MIGNARD, J. *Les paradoxes de la sécurité: le cas d'AZF*. Paris: Presses Universitaires de France, 2011.

HISTÓRICO

ORIGINAL RECEBIDO EM : 04-03-2026

ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM : 11-05-2026